



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0141786-3 129
COMARCA: BELÉM DO SÃO FRANCISCO
VARA: ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADO: GERLIS ADRIANO DE SOUZA
ADVOGADO: RAIMUNDO TADEU ARAÚJO DE SÁ
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. JÚRI.
ABSOLVIÇÃO. NEGATIVA DE AUTORIA.
PEDIDO DE ANULAÇÃO DA DECISÃO DOS
JURADOS, POR MANIFESTA
CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS.
APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Malgrado a existência de duas teses, a da defesa mostra-se manifestamente incompatível com o acervo probatório presente nos autos. Afinal, ao passo que a versão do Ministério Público afigura-se consonante e harmônica com os depoimentos testemunhais, permitindo a reconstituição detalhada do fato criminoso, a versão isolada do réu carece de verossimilhança.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

140.

haja vista que não se coaduna com o sistema de provas, distanciando-se da verdade real, pois.

II – Ao acolher a tese de negativa de autoria, o júri proferiu veredicto sem qualquer respaldo nas provas produzidas, porquanto as meras declarações do réu não parecem suficientemente fortes para desmerecer o valor dos demais elementos que dos autos constam.

III – O fato de a esposa da vítima haver incorrido em algumas poucas contradições nas fases inquisitorial e judicial não retira ou faz minguar o valor probante de suas declarações, mormente quando os trechos conflitantes referem-se a detalhes mínimos que não comprometem a essência do depoimento.

IV – Não vigora, em nosso ordenamento jurídico, o brocardo "*testis unus, testis nullus*".

V – Apelação provida por unanimidade, a fim de submeter o apelado a novo Tribunal do Júri.-



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

141

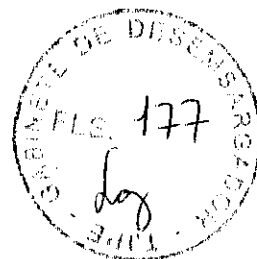
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº **0141786-3**, em que figuram, como Apelante, o **Ministério Público do Estado de Pernambuco** e, como Apelado, **Gerlis Adriano de Souza**, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em dar provimento à Apelação, a fim de que o Apelado seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo ele aguardar o julgamento em liberdade**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 18 de dezembro de 2009.


Des.^a. Presidente


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

142

APELAÇÃO Nº: 0141786-3
COMARCA: BELÉM DO SÃO FRANCISCO
VARA: ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADO: GERLIS ADRIANO DE SOUZA
ADVOGADO: RAIMUNDO TADEU ARAÚJO DE SÁ
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** contra decisão do Tribunal do Júri que absolveu o réu **Gerlis Adriano de Souza, vulgo "Tico" ou "Nem"**, acolherendo a tese da negativa de autoria.

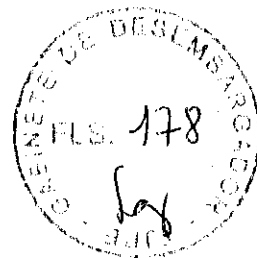
Narra a denúncia que "no dia 26 de maio de 2003, por volta das 14h, em terras da Fazenda Campo Grande, Município de Itacuruba-PE, o ora denunciado, GERLIS ADRIANO DE SOUZA, vulgo 'TICO' ou 'NEM', utilizando-se de arma de fogo, deflagrou um disparo contra a vítima LUIS BEZERRA DA SILVA, causando-lhe a morte".

Consta da peça acusatória, outrossim, que "a motivação do delito foi o torpe sentimento de vingança (...) sendo certo que se utilizou de recurso que impossibilitou a defesa da mesma [a vítima], uma vez que

et



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



143

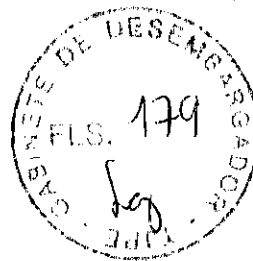
estava ela desarmada", pelo que foi o réu incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Uma vez proferida a sentença de pronúncia (**fls. 66/70**), submeteu-se o acusado a júri, o qual, consoante questionário e termo de julgamento de **fls. 107/108**, decidiu por sua absolvição, considerando que não fora ele o autor dos fatos descritos na denúncia.

Inconformado com a decisão final do Conselho de Sentença, recorre o Ministério Público às **fls. 118/123**, sustentando que há provas suficientes de materialidade e autoria e que a defesa não logrou êxito em desconstituir a tese da acusação, havendo apresentado versão nitidamente inverossímil. Alega, desse modo, que os jurados prolataram julgamento em manifesta contrariedade às provas dos autos (art. 593, inciso III, alínea d, da Lei Adjetiva Penal).

Por seu turno, aduz o Apelado, em suas contrarrazões recursais (**fls. 125/139**), que não há provas bastantes para a condenação do réu, porquanto as testemunhas arroladas pela acusação não presenciaram o fato delituoso, à exceção da esposa da vítima, que, todavia, segundo o recorrido, prestou depoimentos contraditórios nas esferas policial e judicial. Conclui que a tese da negativa de autoria afigura-se verossímil *in casu*, e, havendo o júri acatado tal versão, não há que se falar em contrariedade às provas dos autos.

ef -



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

144

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pelo Procurador Itabira de Brito Filho, apresentou parecer às **fls. 150/152**, opinando pelo provimento do recurso, a fim de que o Apelado seja submetido a novo julgamento.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 30 de 04 de 2009.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



145

APELAÇÃO Nº: 0141786-3
COMARCA: BELÉM DO SÃO FRANCISCO
VARA: ÚNICA
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADO: GERLIS ADRIANO DE SOUZA
ADVOGADO: RAIMUNDO TADEU ARAÚJO DE SÁ
PROCURADOR: DR. ITABIRA DE BRITO FILHO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

De início, cabe salientar que a Constituição da República de 1988 atribuiu ao júri, em seu art. 5º, inciso XXXVIII, "d", competência exclusiva para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. E, com o fito de proteger a independência da instituição, reconheceu a soberania de seus veredictos, de modo a evitar reformas, em seu mérito, pelas mais diversas instâncias do Poder Judiciário.

Não obstante o exposto, sabe-se que o Código de Processo Penal prevê determinadas hipóteses excepcionais que tornam possível recorrer da decisão dos jurados, dentre as quais a falta de plausibilidade das conclusões formadas pelo júri, por serem nitidamente dissociadas da prova dos autos.

Nesse sentido, nota-se, *in casu*, que duas versões foram deduzidas em juízo, quais sejam: a) a da acusação, embasada nos



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



146

depoimentos testemunhais e em indícios que adiante serão mais bem explicados; e b) a da defesa, fundamentada única e exclusivamente nas declarações prestadas pelo réu em seu interrogatório, tendo em vista que as testemunhas de defesa nada de relevante acrescentaram em benefício do acusado. Tratem-se, pois, de cada uma delas, na ordem apresentada.

A tese defendida pelo Ministério Público tem por sustentáculo crucial o depoimento da esposa da vítima, a **Sra. Maria Áurea da Silva**, que, tanto na fase inquisitorial (fls. 10/12) quanto na judicial (fls. 41/42), afirmou haver presenciado a morte da vítima, descrevendo o fato com riqueza de detalhes, senão vejamos.

Narra tal testemunha que, no dia do ocorrido, o acusado, que não residia na localidade, apareceu e pediu comida, em razão do que ela e a vítima foram ao seu encontro, a uma certa distância da casa, debaixo de um pé de quixabeira. Conta que, em seguida, o réu pediu fosse preparado um frango, insistindo que a vítima ficasse com ele, em virtude do que a depoente, desconfiada, dirigiu-se sozinha a sua casa, enquanto aqueles permaneceram no local do crime, bebendo aguardente. Já com a refeição pronta, eis que a testemunha, no caminho de volta, escutou um estampido e, assustada, observou o acusado com uma arma de fogo, bem como a vítima estendida no chão. Afirma, por derradeiro, que, imediatamente depois, o réu, ora Apelado, montou em seu cavalo e saiu do local com a arma, não mais sendo encontrado até sua prisão preventiva. Questionada sobre os possíveis motivos da ação criminosa, cita uma discussão



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



147

anteriormente havida entre réu e vítima, inclusive com uso de arma pelo acusado.

Por sua vez, as testemunhas **Claudiano Jório da Silva** e **Josilda Alaíde da Silva** confirmaram, perante as autoridades policiais (fls. 13/16) e em juízo (fls. 43/44), o desespero que acometia a esposa da vítima ao comunicar-lhes o acontecido, além de haverem declarado que tomaram conhecimento de que o acusado cometera outro homicídio no Coité, em Itacuruba.

Esta última afirmação é, inclusive, recorrente nos autos, haja vista que também a Sra. Maria Áurea, a testemunha **Umberto Gomes de Menezes** (fls. 42/43) e as próprias testemunhas de defesa arroladas pela defensora pública (fls. 60/62) ouviram dizer, conforme depoimentos, que outra pessoa havia sido assassinada pelo réu.

Apresentada a primeira tese, noto, compulsando os autos, que a da defesa, por seu turno, embasa-se apenas nas próprias palavras do apelado, proferidas durante seu interrogatório diante do órgão monocrático (fls. 47/48 e 51) e dos jurados (fls. 105/106).

Declara o acusado, à fl. 47, que encontrou a vítima e sua esposa bebendo no local do crime, sucedendo que a segunda o convidou para irem apenas os dois até sua casa. Ao retornar em busca de seu cavalo - desta feita desacompanhado - diz o réu que viu o corpo da vítima já morta, então montou em seu animal e partiu. Consta de seu interrogatório,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco 148
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



ainda, que o acusado não informou a polícia nem pediu socorro porque "não podia andar na rua, pois era acusado de uma morte ocorrida no Coité".

Assim, diante do exposto, não há negar que, malgrado a existência de duas teses, a segunda delas mostra-se manifestamente incompatível com o acervo probatório presente nos autos. Afinal, ao passo que a versão do Ministério Público afigura-se consonante e harmônica com os depoimentos, permitindo a reconstituição detalhada do fato criminoso, a versão isolada do réu carece de verossimilhança, haja vista que não se coaduna com o sistema de provas, distanciando-se da verdade real, pois.

Forçoso é concluir, destarte, que, ao acolher a tese de negativa de autoria, o júri proferiu veredicto sem qualquer respaldo nas provas produzidas, porquanto as meras declarações do réu não parecem suficientemente fortes para desmerecer o valor dos demais elementos que dos autos constam.

Nesse sentido, destaque-se a seguinte lição do mestre Julio Fabrini Mirabete:

"É lícito ao Júri, portanto, optar por uma das versões verossímeis dos autos, ainda que não seja eventualmente essa a melhor decisão. Isso não significa, evidentemente, que a simples versão dada pelo acusado impeça que se dê provimento ao apelo da acusação. Não encontrando ela apoio na prova mais

[Assinatura manuscrita]
7



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco 149
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



**qualificada dos autos é de se prover o
recurso para submeter o réu a novo Júri”¹**
(grifos nossos).

Saliente-se, ademais, que o Apelado, logo após a morte da vítima, ausentou-se do distrito da culpa, em razão do que foi citado por edital (fl. 38) e deixou de comparecer ao interrogatório por duas vezes, o que fortalece, ainda mais, as evidências de autoria delituosa.

Por fim, parecem-me inteiramente descabidos os argumentos de que se vale o Apelado em suas contrarrazões recursais.

Afinal, o fato de a esposa da vítima haver incorrido em algumas poucas contradições nas fases inquisitorial e judicial não retira ou faz minguar o valor probante de suas declarações, mormente quando os trechos conflitantes referem-se a detalhes mínimos que não comprometem a essência do depoimento.

Tais contrassensos são, inclusive, justificáveis, seja pelo estado emocional da testemunha durante o inquérito policial, seja pelo transcurso de um longo lapso temporal (mais de um ano e dois meses) entre a inquirição pelas autoridades policiais e a oitiva em juízo.

Já no concernente à assertiva de que apenas uma testemunha presencial não é suficiente para fundamentar a condenação do réu, tomo por minhas as sábias palavras do Professor Mirabete:

¹ MIRABETE, Julio Fabrini. **Código de processo penal interpretado**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 1252



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



150

"Saliente-se que não vigora no nosso direito o brocardo '*testis unus, testis nullus*'; uma única testemunha faz prova bastante para a decisão quando o seu depoimento se harmoniza com os elementos probatórios colhidos nos autos"².

Diante do exposto, **voto pelo provimento da Apelação**, a fim de que seja o acusado **Gerlis Adriano de Souza** submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo-se expedir contra ele mandado de prisão, posto que, até a decisão final dos jurados, esteve sob custódia preventiva, e assim deve permanecer, em razão de ainda prevalecerem seus motivos.

Recife, 18 de 12 de 2009.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator

² MIRABETE, Julio Fabrini. **Código de processo penal interpretado**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 480.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



151

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0141786-3

COMARCA : BELÉM DE SÃO FRANCISCO – VARA ÚNICA
APELANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
APELADO : GERLIS ADRIANO SOUZA
RELATOR : DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR : DES. NIVALDO MULATINHO FILHO
PROCURADOR : DR. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO DO REVISOR

Trata-se de Recurso de Apelação interposto pelo Ministério Público, irresignado com a decisão do Tribunal do Júri, da Comarca de Belém de São Francisco, que em Sessão realizada no dia 07.06.2006, absolveu o acusado GERLIS ADRIANO DE SOUZA, vulgo "Tico" ou "Nem", da imputação consubstanciada no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal Brasileiro, tendo o Conselho de Sentença reconhecido, por maioria, que o réu não foi o autor da morte da vítima.

Segundo a denúncia, o fato delituoso, ocorreu no dia 26 de maio de 2003, por volta das 14:00 horas, nas terras da Fazenda Campo Grande, zona rural do município de Itacuruba/PE, onde o acusado, utilizando-se de arma de fogo, deflagrou um disparo contra a vítima LUIS BEZERRA DA SILVA, ocasionando-lhe à morte.

Noticiam ainda os autos, que o acusado, ora apelado, havia mandado um recado para a vítima LUÍS BEZERRA DA SILVA e esposa dele, a Sra. ÁUREA MARIA DE JESUS, para que se encontrassem junto ao rio e que levassem alimentação para ele, no que foi atendido. Passam, então, o acusado e a vítima a ingerirem bebida alcoólica, ocasião em que a esposa do ofendido ausentou-se do local, para ir buscar, na sua residência, um frango assado. Algum tempo depois de se ausentar do local para ir buscar o alimento referido, a Sra. ÁUREA MARIA ouviu um estampido de disparo de arma de fogo. E depois presenciou que o acusado GERLIS ADRIANO DE SOUZA encontrava-se ainda com a arma na mão, e o seu marido, LUÍS BEZERRA DA SILVA, caído ao solo, já sem vida.

Extrai-se do processo, que a motivação do homicídio, teria sido pelo sentimento de vingança, já que a vítima teria discutido com o acusado em data anterior. E, segundo a Denúncia, no momento do fato criminoso, o acusado, ora Apelado, GERLIS ADRIANO DE SOUZA utilizou-se de recurso que impossibilitou a defesa da vítima, pois a mesma encontrava-se desarmada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



152

Em suas razões de apelação o Órgão Ministerial (fls. 118/123), alegou que a decisão absolutória foi proferida manifestamente contrária à prova dos autos, para que o acusado seja submetido a um novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

À douta Procuradoria de Justiça, ofertou parecer às fls. 150/152, pugnando pelo provimento do apelo, determinando que o recorrido seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, alegando que a tese acolhida pelos Juízes de fato incidiram em equívoco, que a decisão encontra-se em palpável desarmonia com a prova colhida nos autos.

Compulsando os autos, verifico que as razões ministeriais merecem amparo legal. Senão vejamos.

A materialidade delitiva encontra comprovada através do Auto de Exame Cadavérico de fls. 07.

O acusado GERLIS ADRIANO DE SOUZA defende-se negando a autoria criminosa, porém, há nos autos elementos probatórios mais que suficientes para a Pronúncia, nos termos do art. 413 do CPP.

A defesa argumenta que a única testemunha relevante de acusação no processo, é justamente a esposa da vítima, ÁUREA MARIA DE JESUS, e, por isso, o depoimento da mesma não poderia fundamentar a condenação do réu. Contudo, como se sabe, o depoimento de uma testemunha, mesmo que fosse o único, teria valor probatório, desde que a versão trazida esteja em consonância com as demais provas colhidas nos autos, como acontece no caso concreto presente.

O depoimento da Sra. ÁUREA MARIA DE JESUS mostra-se perfeitamente coerente com o conjunto probatório, formando uma sequência cronológica de todos os fatos narrados na peça acusatória.

Para melhor esclarecer os fatos, passo a transcrever parte do depoimento da esposa da vítima, prestado em Juízo às fls. 41/42:

"(...)Que quem matou a vítima foi a pessoa conhecida por 'TICO', não sabendo a depoente o real nome do mesmo...(...) Que, no dia dos fatos, 'TICO' apareceu próximo da casa da depoente pedindo comida, tendo ficado debaixo de um pé de quixabeira...(...) Que a vítima estava em casa junto com a depoente e foi até onde 'TICO' estava, sem esperar pela depoente; Que, em seguida a depoente foi até o local; Que, a depoente já foi levando comida; Que, em seguida 'TICO' pediu que a depoente matasse e preparasse um frango para ele comer; Que, a depoente foi atender esse pedido, tendo chamado a vítima para retornarem à casa; Que, 'TICO' falou para que deixasse a vítima ali, junto com ele, e nesse momento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



153

a depoente ficou desconfiada; Que, a depoente então chamou todos para irem à casa, mas eles não quiseram ir e resolveram ficar debaixo do pé de quixabeira; Que, a vítima e "TICO" estavam bebendo, pois "TICO" ali havia chegado com um litro contendo uns 04(quatro) "dedos" de aguardente 51; Que, a depoente retornou para casa afim de preparar o frango, sendo que ficou de retornar dentro de 10 (dez) minutos, conforme "TICO" pediu...(...) Que terminado esse tempo, a depoente se dirigiu para onde a vítima e "TICO" estavam bebendo...(...) Que, a depoente ficou por trás do pé de algaroba e aí observou "TICO" com uma arma de fogo na mão, e a vítima estava estendida no solo...(...) Que, em seguida "TICO" montou no cavalo em que chegara e dali saiu, levando a arma consigo...(...) Que, a depoente saiu em busca de ajuda e socorro, indo até a casa das testemunhas CLAUDIANO E JOSILDA...(...)"

As testemunhas CLAUDIANO JÓRIO DA SILVA e JOSILDA ALAÍDE, ambas morando próximas à residência da vítima, confirmam, em seus depoimentos, que a esposa de LUÍS BEZERRA DA SILVA, logo após o homicídio, chegou à sua casa, muito aflita, pedindo ajuda e afirmando que LUÍS e "TICO" beberam juntos e que "TICO" havia matado seu marido.

O argumento de negativa de autoria, defendido pelo acusado, ora apelado, encontra-se isolado e dissociado do conjunto probatório acostado nos autos, onde as evidências pendem mais para a versão apresentada pelo Ministério Público.

Noticiam os autos que o acusado, ora apelado, GERLIS ADRIANO DE SOUZA, evadiu-se do distrito da culpa logo após o ocorrido, um fato que se coloca desfavoravelmente ao réu dentro do conjunto probatório.

Ressalte-se que o Conselho de Sentença é soberano para escolher dentre as versões que são postas a seu exame, sendo descabida a argumentação de ambigüidade do veredicto, quando a decisão do Júri não se afastou das informações constantes dos autos. No entanto, *in casu*, é imperioso finalizar que a decisão dos jurados, não está alicerçada no acervo de provas colhido nos autos, carecendo assim de novo julgamento, o que não desobedeceria, o princípio da soberania dos veredictos.

Colaciono jurisprudência nesse sentido:

HABEAS CORPUS - PROCESSUAL PENAL -
TRIBUNAL DO JÚRI - DECISÃO MANIFESTAMENTE
CONTRÁRIA A PROVA DOS AUTOS - ADOÇÃO DO
PARECER MINISTERIAL PELO TRIBUNAL -
AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA
SOBERANIA DOS VEREDICTOS.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



- Inexiste a violação ao princípio da soberania dos veredictos quando, o Tribunal a quo adota como fundamento da decisão que determinou a submissão do réu a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, o parecer ministerial que concluiu ser a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.

- Ordem denegada.

(HC 10.897/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 15/02/2000, DJ 24/04/2000 p. 65).

Diante do expandido, meu voto é pelo provimento do presente recurso ministerial, determinando que o ora apelado, GERLIS ADRIANO DE SOUZA, seja submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Belém de São Francisco, devendo o mesmo aguardar o julgamento em liberdade, já que foi absolvido pelo Conselho de Sentença.

É como voto.

Recife, 18 de dezembro de 2009.

DES. NIVALDO MULATINHO FILHO - REVISOR